

OS REFORMISMOS ILUSTRADOS PORTUGUÊS E ESPANHOL: PROPOSTAS PARA A COMPREENSÃO DE TRANSFORMAÇÕES COMUNS SOB O PRISMA DISCURSIVO DO “TEMPO” (C.1750 – C.1807)¹

Resumo: A proposta deste artigo é apontar para uma agenda investigativa comprometida com o desenvolvimento de um estudo integrado acerca dos reformismos ilustrados ibéricos que possibilite compreendê-los não como projetos exclusivamente moldados para o cenário português e luso americano ou para o cenário espanhol e hispano-americano, mas como eixos profundamente interligados, entre si e a um mesmo e processo mais amplo, porque regidos por dinâmicas estruturais comuns e pertencentes a um mesmo conjunto cultural e político essencialmente sistêmico. Tendo em vista a comunhão estrutural que abarca Portugal e Espanha a partir de fins do século XV, proponho que o rastreamento desta articulação entre os reformismos ilustrados diante do crítico panorama de fins do século XVIII e dos primeiros anos do século XIX se dê através do estudo de noções, concepções, representações e conceitos de *tempo* em discursos empreendidos por funcionários letrados à serviço das coroas, sobretudo em escritos políticos e econômicos que tratam de temas relativos ao Brasil e à América espanhola entre c.1750 e c.1807.

Palavras-chave: Tempo; Reformismo Ilustrado; História dos Conceitos.

LOS REFORMISMOS ILUSTRADOS PORTUGUÉS Y ESPAÑOL: PROPUESTAS PARA LA COMPRENSIÓN DE TRANSFORMACIONES COMUNES BAJO EL PRISMA DISCURSIVO DEL “TIEMPO” (C.1750 – C.1807)

Resumen: La propuesta de este artículo es señalar una agenda investigativa comprometida con el desarrollo de un estudio integrado sobre los reformismos ilustrados ibéricos, que permita comprenderlos no como proyectos exclusivamente moldeados para el escenario portugués y luso-americano o para el escenario español e hispano-americano, sino como ejes profundamente interconectados entre sí y con un mismo proceso más amplio, en tanto regidos por dinámicas estructurales comunes y pertenecientes a un mismo conjunto cultural y político esencialmente sistémico. Partiendo de la comunión estructural que abarca a Portugal y España desde fines del siglo XV, propongo que el rastreo de tal articulación entre los reformismos ilustrados frente al crítico panorama de fines del siglo XVIII y de los primeros años del XIX se realice a través del estudio de nociones, concepciones, representaciones y conceptos de *tiempo* en discursos emprendidos por funcionarios letrados a servicio de las coronas, especialmente en escritos políticos y económicos que tratan de temas relativos a Brasil y a la América española entre c.1750 y c.1807.

Palabras clave: Tiempo; Reformismo Ilustrado; Historia Conceptual.

¹ Mariana Ferraz Paulino (<http://lattes.cnpq.br/0359332400841246>) é mestranda em História pela USP.

Artigo recebido em 06/05/2018 e aprovado em 11/07/2018.

A HISTORIOGRAFIA SOBRE O REFORMISMO ILUSTRADO IBÉRICO E A CONVENCIONAL DISSOCIAÇÃO DOS PROCESSOS

Os estudos sobre o reformismo ilustrado ibérico se inserem numa vasta produção historiográfica que trata da época convencionalmente denominada *Modernidade* ocidental como um período que abarcou profundas transformações na ordem social, política e econômica vigente até então, na medida em que a ocorrência de alguns eventos e episódios específicos caracterizou-a de modo particular, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII: para considerar apenas algumas delas, é possível mencionar a Independência das Treze Colônias Inglesas em 1776, a Revolução Francesa de 1789, o levante escravo de 1791 em Saint-Domingue – que culminou na independência do Haiti em 1804 –, as Independências das Américas portuguesa e espanhola entre 1810 e 1822², bem como o triunfo da indústria capitalista e da sociedade burguesa liberal consumado em 1848³.

Em meio a tal conjuntura de múltiplas – e em grande medida, insólitas – transformações comuns, Portugal e Espanha, que haviam sido pioneiros no processo de expansão ultramarina europeia iniciado em fins do século XV, paulatinamente interpretaram que teriam passado a ocupar posições periféricas em relação aos novos padrões globais de competição econômica que então se estabeleciam, tanto pela emergência de novos adversários na disputa pela hegemonia mundial⁴ – especialmente ingleses, franceses e holandeses –, como pela gradual

² Ver: PIMENTA, João Paulo. *Tempos e Espaços das Independências*. A inserção do Brasil no mundo ocidental (1780 – 1830). São Paulo: Intermeios, 2017.

³ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴ Considerando a proposta de Giovanni Arrighi, em que o conceito de “hegemonia mundial” se refere “à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. Ver ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/EDUNESP, 1996, p.27.

emergência de sintomas relacionados à aceleração progressiva do tempo histórico – considerada, por Reinhart Koselleck, como um dos aspectos essenciais que caracterizam o referido período, em que a verificação de um *novo tempo* indica “novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época”⁵ –, bem como à “perda de operacionalidade de suas formas cotidianas de existência”, definição de István Jancsó e João Paulo Pimenta para *crise*, aplicada à do sistema colonial⁶.

Assim, as *reformas ilustradas* – de tal modo intituladas porque grande parte dos funcionários e colaboradores letrados que atuaram em prol da elaboração e do empreendimento delas eram, em muito, legatários de apropriações, incorporações e adaptações da intelectualidade ilustrada anglófila e francófona – consistiram em uma série de propostas e iniciativas implementadas pelas coroas ibéricas especialmente a partir dos anos de 1750 e 1759 – quando da ascensão dos monarcas D. José I em Portugal e Carlos III na Espanha – que visavam ao impedimento do ocaso dos impérios a partir da formulação e aplicação de projetos prósperos para as monarquias, dado o diagnóstico do referido cenário que parecia ameaçar a viabilidade dos impérios por ensejar sinais de que suas condições de funcionamento debilitavam-se cada vez mais. Isso tudo, entretanto, com a premissa de que as medidas reformistas não alterassem substancialmente as práticas condizentes

⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006, p.274.

⁶ Ver JANCÓSÓ, István & PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000. A definição de *crise* encontra formulações anteriores em obras do primeiro autor.

com as estruturas do Antigo Regime, e de que se mantivessem incólumes as bases das relações entre as metrópoles e suas colônias.

Apesar da convergência geral da pauta reformista ilustrada tal como fora empreendida tanto pela coroa portuguesa quanto pela espanhola, e mesmo com as múltiplas coincidências existentes entre as lógicas processuais do fenômeno em ambas as dimensões imperiais⁷, a historiografia produzida sobre o tema pouco ou raramente se dispôs a conceber os dois reformismos como partes sensivelmente imbricadas de um mesmo processo de iminente dissolução dos arranjos sistêmicos até então operantes. Dentre produções já consideradas canônicas, bem como dentre o conjunto de obras produzidas nas últimas décadas, é possível citar, para o âmbito luso americano, as contribuições de Charles Boxer (1969), Kenneth Maxwell (1973), Fernando Novais (1986), Valentim

⁷ Apenas a título de exemplo, faz-se possível citar as políticas anti-jesuítas que culminaram na expulsão desses dos domínios portugueses (1759) e espanhóis (1767); a realização de reformas educacionais empreendidas por ambos os impérios – cujos marcos comumente evocados pela historiografia são a reorganização do Colégio Imperial de Madrid, fundado em 1625 pelos jesuítas espanhóis e reinaugurado em 1770 como *Reales Estudios de San Isidro*, bem como as reformas pedagógicas empreendidas na Universidade de Coimbra em 1772; assim como o acirramento do controle territorial e do monopólio comercial e político por parte das duas coroas, confirmado por meio da criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão em 1755 e da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1756 na América portuguesa, bem como pela criação de novas divisões administrativas – o Vice-Reino do Rio da Prata em 1776, a Capitania Geral da Venezuela em 1777 e a do Chile em 1778 – na América espanhola, que compreendeu também a nomeação de novos intendentess no Peru, na Nova Espanha e na Guatemala. Além disso, é preciso destacar a criação ou expansão de espaços de sociabilidade tais como tertúlias, academias, companhias e sociedades científicas e literárias, âmbitos de intercâmbio de saberes entre letrados funcionários ou diletantes ao longo de toda a centúria, considerando também as Sociedades Económicas de Amigos del País, instituição particular da dimensão hispano-americana. Para além de todos os eventos mencionados está a pertença de Portugal e Espanha a um mesmo *sistema atlântico*, característica estrutural que não cabe explorar neste artigo, mas que concatena os dois impérios ibéricos tanto em suas práticas quanto em suas deficiências e dependências seculares, e que deve ser concebida como uma das principais – se não a principal – razões para reivindicar a existência de estudos que contemplem as reformas ilustradas portuguesa e espanhola como fenômenos integrados. Ver BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. Brasil, Cuba e os dois primeiros sistemas atlânticos. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

Alexandre (1993), Francisco Falcon (1993), João Lúcio de Azevedo (2004), Jorge Pedreira (2006), assim como a obra recentemente organizada por Francisco Falcon & Cláudia Rodrigues (2015). Quanto à dimensão hispano-americana, considera-se as contribuições de Luís Sanchez Agesta (1953), Jean Sarrailh (1954), Richard Herr (1958), Túlio Halperín-Donghi (1985), David Brading (1991), John Lynch (1991), tal como as obras organizadas por Agustín Guimerá (1996) e Jorge Gelman, Enrique Llopis & Carlos Marichal (2014), apenas para mencionar algumas das tantas referências sobre o tema⁸.

Mesmo oferecendo relevantes contribuições para a compreensão de cada um dos reformismos e contemplando muitas de suas instâncias específicas de modo bastante satisfatório, poucos foram os esforços historiográficos que visassem ao estabelecimento de uma agenda

⁸ Para o âmbito luso americano: BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2001 (a primeira edição foi publicada em inglês no ano de 1969); MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brasil & Portugal 1750 – 1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986; ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993; FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1993; AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004; PEDREIRA, Jorge. *Economia e política na explicação da independência do Brasil*. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006; FALCON, Francisco José Calazans & RODRIGUES, Cláudia (Orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Quanto à dimensão hispano-americana, ver AGESTA, Luís Sanchez. *El pensamiento político del despotismo ilustrado*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1953; SARRAILH, Jean. *L'ESPAGNE éclairée de la SECONDE moitié du XVIIIe siècle*. Paris : Klincksieck, 1954 ; HERR, Richard. *The Eighteenth-Century Revolution in Spain*. Nova Jersey: Princeton, 1958; HALPERÍN-DONGHI, Túlio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985; BRADING, David. *Orbe Indiano: de la Monarquía Católica a la República Criolla, 1492 – 1867*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1991 (a edição original, em inglês, é do mesmo ano); LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. 2ª edição em espanhol. Barcelona: Editorial Crítica, 1999 (a primeira edição é de 1991); GUIMERÁ, Agustín (org.). *El reformismo borbónico*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1996; GELMAN, Jorge.; LLOPIS, E.; MARICHAL, Carlos. (coord.). *Iberoamérica y España antes de las independencias (1700-1820): crecimiento, reformas y crisis*. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora/Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología/El Colegio de México, 2014.

investigativa que tratasse dos dois empreendimentos políticos reformistas como similares e simultâneos. Tal afastamento preliminar acabou por induzir à consolidação de um senso historiográfico essencialmente dissociativo acerca das reformas ilustradas portuguesa e espanhola, consumando um hábito historiográfico que tem subestimado muitas das mais importantes convergências e reciprocidades existentes entre os dois reformismos, bem como negligenciando o fato de que diversos aspectos de ambas as políticas – como os referidos em nota anterior – só se compreendem quando observados articuladamente.

Serão apresentadas, nas próximas páginas, algumas possíveis razões pelas quais estudos acerca dos reformismos ilustrados ibéricos tenham sido e sigam sendo realizados de modo consideravelmente apartado. Tendo em vista que este artigo é parte de uma investigação todavia em desenvolvimento, faz-se imprescindível considerar que alguns importantes tópicos e interpretações a serem discutidos poderão ser reelaborados, na medida em que as informações reveladas pelas fontes que compõem o arcabouço documental desta pesquisa, quando necessariamente cotejadas com a historiografia que a subsidia, venham a demandá-lo.

APONTAMENTOS E POSSIBILIDADES PARA A IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

A primeira das razões a serem apresentadas está na ausência, para o âmbito espanhol, de uma figura tão centralizadora do processo como fora para Portugal a de Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido pelo título a ele conferido em 1769, o de Marquês de Pombal. Apesar da existência de uma série de funcionários espanhóis e hispano-americanos que tenham exercido funções semelhantes às desempenhadas por Pombal e que tenham exercido notável relevância para as reformas

aplicadas à circunstância hispânica – cabe citar nomes tais como José de Gálvez, Pedro Rodríguez de Campomanes, José Moñino y Redondo, Pedro Pablo Abarca de Bolea, Manuel de Godoy e Mariano Luís de Urquijo –, nenhum desses homens representou de modo tão contundente a personificação do fenômeno reformista ilustrado tal como ocorrera com a figura de Carvalho e Melo⁹. Nem mesmo seu herdeiro político, Rodrigo de Sousa Coutinho, diplomata e secretário de Estado responsável pela implementação de um programa que pretendia “solucionar os problemas financeiros da Coroa portuguesa e reorganizar o Império”¹⁰ com ênfase no mundo luso americano, teria chegado perto de desempenhar um protagonismo histórico de impacto semelhante ao de seu antecessor. Para grande parte da historiografia, tal vazio condicionado pela inexistência de um “Pombal espanhol” teria atribuído, portanto, um caráter relativamente fragmentado ao reformismo ilustrado hispânico, uma vez que a ausência de uma personagem que consumasse em si a pujança dos projetos de reforma imperial teria apartado as possibilidades de contemplação comum das trajetórias ibéricas no que se refere ao programa das reformas ilustradas.

Outra possibilidade aventada para compreender a convencional dissociação historiográfica quanto à abordagem dos dois reformismos ilustrados se refere aos termos específicos suscitados para tratar de cada um dos processos. As expressões geralmente empreendidas – *reformismo borbônico* para o caso espanhol e *reformismo pombalino* para o português – acabam por corromper algumas das importantes dinâmicas

⁹ Ver MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião José de Carvalho e Melo e a Economia do Brasil. IN: _____. LABIRINTOS BRASILEIROS. São Paulo: Alameda, 2001, pp. 173-198 e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. D. JOSÉ: NA SOMBRA DE POMBAL. Lisboa: Temas & Debates, 2008.

¹⁰ Ver: RODRIGUES, José Damião. Continuidades e Projectos Reformistas (1777-1807). In: _____.; COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do império português*. Lisboa: Bertrand, 2014.

comuns aos dois processos ao envolvê-los em denominações bastante imprecisas, na medida em que sua evocação costuma demandar especial diligência quanto às possíveis insuficiências ou demasias em relação à abordagem dos processos. A utilização dessas expressões compreende dimensões assaz discutíveis, especialmente por duas razões que serão comentadas nos próximos parágrafos.

A primeira delas diz respeito ao fato de que a expressão *reformas borbônicas* contempla a integralidade contextual dos empreendimentos governamentais da monarquia espanhola postos em prática ao longo de todo o século XVIII, período de vigência da dinastia Bourbon após a Guerra de Sucessão travada contra a França nos primeiros anos da centúria. Não havendo portanto uma distinção nominal legitimada pela historiografia que particularize as políticas viabilizadas por Felipe V (1700-1746) e Fernando VI (1746-1759) em relação às conduzidas por Carlos III (1759 – 1788) e Carlos IV (1788 – 1808) – as duas últimas sim, de caráter ilustrado –, tem-se a impressão de que as reformas espanholas, borbônicas, se distinguem visceralmente das portuguesas por sua implementação ao longo de todo o século XVIII. Por abarcar toda a centúria e sublimar lexicalmente as discrepâncias inerentes aos reformistas que atuaram antes e depois do reinado de Carlos III, marco de implementação da ilustração na monarquia hispânica, a denominação *borbônica* outorga ao reformismo espanhol um aspecto de transcendência temporal em relação às reformas empregadas pela coroa portuguesa, uma vez que as pombalinas, tendo ocorrido apenas cerca de cinquenta anos após o início das borbônicas no quadro imperial espanhol, aparentam tratar de *outro* processo.

A segunda razão está no fato de que a expressão *reformas pombalinas* enseja certa deturpação quanto às distintas nuances de

experiências geracionais¹¹ do fenômeno reformista ilustrado português por reduzi-lo – ou estigmatizá-lo – à atuação do valido de D. José I. Apesar da incontestável herança transmitida por Carvalho e Melo a muitos dos letrados que colaboraram com a monarquia lusitana após seu egresso em 1777, é relevante considerar que a ascensão de D. Maria I ao trono português desencadeou uma série de mudanças quanto ao roteiro reformista até então empreendido pela coroa¹². Assim sendo, homogeneizar as gerações subsequentes a partir da figura de Pombal, como se os pressupostos do reformismo ilustrado lusitano tivessem se estagnado no “pombalismo” sem terem sido transformados – ainda que não drasticamente – após o afastamento do marquês, novamente reduz à pessoa de Carvalho e Melo a pluralidade de discursos empreendidos por funcionários que atuaram após 1777; o que reitera a clivagem historiográfica existente quanto ao império espanhol pela tipificação

¹¹ De acordo com Reinhart Koselleck, “qualquer comunidade de ação reunida por trajetórias biográficas, pelo acaso ou por uma organização ajuda a consolidar experiências vivenciadas. Por isso, do ponto de vista temporal, podemos falar em unidades geracionais políticas e sociais, cuja característica comum consiste em vivenciar, reunir e organizar experiências singulares ou recorrentes, ou então em viver experiências comuns”. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014, p.35. Sobre a geração de reformistas atuantes após o egresso do Marquês de Pombal, ver MAXWELL, Kenneth. *The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire*. In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Los Angeles: University of California Press, 1973, p. 107-144.

¹² Segundo José Damião Rodrigues, o reinado mariano “foi caracterizado por algumas interpretações como tendo sido um período de regresso ao *status quo ante*, isto é, uma ‘restauração’ das posições sociais e dos privilégios por parte daqueles que haviam sido perseguidos ou simplesmente afastados do poder por Sebastião José de Carvalho e Melo [...]. Neste sentido, falou-se da ‘Viradeira’ como tendo sido uma ‘mudança de orientação política’, embora, por vezes, se tenha exagerado o real impacto da mudança de soberano. Com efeito, não podemos esquecer um aspecto central da ação governativa de D. Maria I: nunca poderia ter existido uma inversão total no que respeita às linhas definidas no reinado de D. José I em matéria de governabilidade, porque, caso isso acontecesse, tal fato representaria um desrespeito pela memória do pai da rainha e uma diminuição da autoridade régia, logo também da própria majestade da nova monarca”. In: RODRIGUES, José Damião. *Continuidades e Projectos Reformistas (1777-1807)*. In: ____.; COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do império português*. Lisboa: Bertrand, 2014, p.296.

excessiva do fenômeno português por meio do protagonismo irrestrito atribuído a Pombal.

Tratar-se-á, agora, de uma terceira possível razão que permita compreender a dissociação dos reformismos ibéricos pela historiografia produzida sobre o tema. Mesmo se tratando de uma pauta já suficientemente criticada, é mister considerar certo nacionalismo retroativo presente na historiografia sobre os reformismos ilustrados, tendo em vista especialmente as obras produzidas por historiadores portugueses, espanhóis e latino-americanos. Isso porque apesar do advento da chamada *nova história atlântica* a partir dos anos noventa do século XX, que reconfigura muitas das prerrogativas empreendidas por contribuições da anterior *história atlântica* – que apresentava a ideia de que o oceano Atlântico deveria ser concebido como um espaço de intercâmbios marítimos a partir de abordagens pautadas na unidirecionalidade do “Mediterrâneo” braudeliano¹³ –, grande parte da historiografia produzida por ibéricos e latino-americanos acerca do reformismo ilustrado seguiu reprisando muitos dos paradigmas e formatos interpretativos essencialmente restritos ao binômio metrópole-colônia, reiterando diversas das nuances de iniquidade e nacionalismo que haviam pautado os modelos historiográficos pregressos.

¹³ Federica Morelli e Alejandro E. Gómez tratam de certas acusações feitas à tradicional *história atlântica*, que a colocam como “uma espécie de etnocentrismo anglo-saxão ou uma nova variante do colonialismo intelectual disfarçado de uma forma legítima de fazer história”. Segundo os autores, “talvez o aspecto mais incompreendido que enfrenta esta corrente seja sua pretendida intenção de encarar uma proposta de análise histórica global, indicação que não tem nenhum sentido considerando os limites espaciais atlânticos que se auto impõem para sua análise. Em tal sentido, a mesma não é útil para abordar temas relacionados aos impérios marítimos da Holanda e de Portugal, ou qualquer outra realidade histórica além do Cabo da Boa Esperança”. In: MORELLI, Federica & GÓMEZ, Alejandro E. La ‘nueva historia atlántica’: un asunto de escalas. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, abril de 2006 [online].

Tem-se então que apesar do pluridirecionalismo interpretativo suscitado pelas contribuições da *nova história atlântica* e posteriormente pelas chamadas *história global, mundial e transnacional*¹⁴, uma considerável parte das obras – raramente produzidas em âmbito ibérico ou latino-americano – que se dispuseram a contemplar, em maiores ou menores medidas, as reciprocidades inerentes aos reformismos ilustrados português e espanhol, o fizeram sobretudo na medida em que fosse possível estabelecer uma compreensão de larga duração sobre o tema das emancipações ocorridas nos primeiros anos do século XIX. Assim sendo, ainda que alguns trabalhos tenham se disposto a considerar a indissociabilidade das políticas reformistas ilustradas, tem-se que estes não foram redigidos por ibéricos e latino-americanos – salvo pouquíssimos casos, como os dois referenciados em rodapé¹⁵ – e que sua pretensão não tenha sido necessariamente viabilizar uma aproximação historiográfica dos fenômenos, mas empreender uma observação remota do processo de dissolução dos impérios ibéricos que partisse das reformas ilustradas e se completasse na ocorrência das lutas de independência luso e hispano-americanas.

¹⁴ Ver BAYLY, C. A.; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYR, Isabel; KOZOL, Wendy & SEED, Patricia. On Transnational History. *THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW*, vol. 111, ed. 5, dezembro de 2006 e MARQUESE, Rafael & PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, n.17, abril de 2015.

¹⁵ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993; _____. & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.all.). *Los espacios publicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas*. Siglo XVIII-XIX. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998; LANGLEY, Lester. *THE AMERICAS IN THE AGE OF REVOLUTION, 1750-1850*. CONNECTICUT: Yale University Press, 1997. Por fim, cita-se respectivamente uma contribuição ibérica e outra latino-americana: PORTILLO-VALDÉS, José María. *CRISIS ATLÁNTICA. AUTONOMÍA E INDEPENDENCIA EN LA MONARQUÍA HISPANA*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006 e PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2015.

Apresentados alguns dos problemas inerentes à convencional dissociação dos reformismos ilustrados pela historiografia, manifestam-se então algumas inquietudes e indagações: como incorporar a uma mesma agenda temática os vastos contextos dos impérios português e espanhol – considerando, evidentemente, metrópoles e colônias –, reiteradamente contemplados por grande parte da historiografia como realidades tão díspares? A partir de quais pautas, narrativas ou questionamentos seria possível constituir um panorama comum que permitisse estabelecer unidades interpretativas que dessem conta de abarcar esta vastíssima diversidade temática? Desde quais registros, fontes e evidências poderíamos, enquanto historiadores e historiadoras, delinear estudos que tratassem dos reformismos ilustrados ibéricos de modo articulado, concebendo-os como políticas coincidentes empreendidas por coroas que se posicionavam em relação a demandas estruturais comuns?

Em tal sentido, proponho indicar uma aproximação dos reformismos ilustrados português e espanhol que permita tratar dos dois processos como substancialmente intrincados por meio da realização de um estudo respeito de noções, concepções, representações e conceitos¹⁶ de *tempo* expressos em discursos empreendidos por funcionários letrados portugueses e espanhóis – tanto peninsulares quanto americanos – à serviço das coroas, sobretudo em escritos de cunho político e econômico que tratam de temas relativos ao Brasil e à América espanhola entre c.1750 e c.1807.

Tal aproximação sob o prisma do *tempo* se faz plausível e necessária, dentre outras razões, porque a natureza de ambas as

¹⁶ PIMENTA, João Paulo. "Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil" (paper apresentado no 13º Internationaler Kongress zur Erforschung des 18. Jahrhunderts, Graz, 2011).

políticas reformistas, que condicionavam seus formuladores e gestores à concepção de um futuro mais próspero para os impérios ibéricos, engendrava ideias sistematizadas acerca do passado, do presente e do porvir. Isso porque, como já se mencionou anteriormente, as coroas portuguesa e espanhola paulatinamente interpretaram que ocupavam posições periféricas em relação aos padrões de disputa econômica em um contexto global, ante a aparição de sintomas relacionados à aceleração do tempo histórico e, portanto, ao alargamento das distâncias entre os espaços de experiência e dos horizontes de expectativa¹⁷ vigentes naquelas circunstâncias. Tais sintomas pareciam ameaçar a viabilidade das monarquias e se manifestavam, especialmente, nas linguagens políticas de funcionários reformistas ilustrados no que se refere ao modo com que estes almejavam encontrar, no legado histórico de séculos pretéritos e na manipulação semântica do *tempo*, inspirações de conduta que pudessem assegurar o resgate e a manutenção de uma ordem que parecia revelar sua falência.

A seguir, serão apresentados alguns dos pontos nevrálgicos que caracterizam esta proposta investigativa, ressaltando suas particularidades em relação a algumas das abordagens costumeiramente promovidas sobre o tema – mediante as críticas já ensejadas nos parágrafos anteriores – e reconhecendo a fertilidade de muitos dos pressupostos teórico-metodológicos suscitados pela chamada História dos Conceitos para o desenvolvimento do trabalho proposto.

OS REFORMISMOS ILUSTRADOS IBÉRICOS E A HISTÓRIA DOS CONCEITOS COMO PROPOSTA INTERPRETATIVA

¹⁷ Nos termos propostos por KOSELLECK, Reinhart. 'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006.

Considerando os intercâmbios marítimos, os tráficos comerciais e as redes de trocas abordadas em obras como tais como as de Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel¹⁸ ponderando, evidentemente, os modelos explicativos e as particularidades teórico-metodológicas empreendidas por cada autor –, o período em que o esta proposta investigativa se insere abarca, além dos eventos mencionados no início deste artigo, a consolidação estrutural do sistema-mundo capitalista durante a vigência do chamado ciclo sistêmico de acumulação britânico no processo de longa duração enunciado por Giovanni Arrighi¹⁹. Para Robert Palmer, esse contexto engendra uma *Era da Revolução Democrática*²⁰ dada a desagregação de todo um arranjo estrutural que, forçosamente, incluía os impérios coloniais ibéricos – apesar de terem sido pouco abordados pelo autor – e a emergência de uma nova ordem que se estabelecia a partir das fissuras do denominado Antigo Regime; enquanto Reinhart Koselleck sugere, como já referido anteriormente, que é a aceleração progressiva do tempo histórico que caracteriza a chamada *Modernidade* no mundo ocidental.

Mesmo que tais autores, mencionados dentre muitos possíveis, se detenham mais ao âmbito econômico do que ao político (com exceção a Palmer) ou ao cultural, fato é que todas essas obras de algum modo convergem para a assertiva koselleckiana no tocante à *novidade* – ou, em alguns aspectos, à *ressignificação* – como traço sintomático da passagem do século XVIII ao XIX. Os ritmos de vida cingidos pela Revolução Industrial, primeiro inglesa e logo europeia, reconfiguraram

¹⁸ WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1977-1989 e BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, s/d.

¹⁹ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Edunesp, 1996.

²⁰ PALMER, Robert Roswell. *The Age of the Democratic Revolution*. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

paulatinamente a percepção das estruturas de vivência do *tempo* diagnosticadas pelos homens e mulheres do período na medida em que, portadores de notáveis indícios de ineditismo e/ou de propostas de reformulação das normas cotidianas vigentes, passaram a alvitrar outros padrões de atuação e conduta e formularam distintas perguntas sobre um “futuro histórico” que deixava de ser previsível pela escatologia cristã, pelas utopias do século XVII ou pelas práticas de prognóstico²¹ difundidas até então.

Se a Revolução Industrial foi um dos fenômenos condicionantes deste novo modo de *quantificar* o mundo²², a Revolução Francesa pode ser tida como o outro eixo da *dupla revolução moderna*²³ enquanto fenômeno instigador de um novo modo de *qualificar* o existir com fortes correlações – apesar de nem sempre diretas e de modo algum hegemônicas – com as alterações das condições de enunciação estimuladas, em grande parte, pela emergência do projeto filosófico do Iluminismo, da Ilustração ou, simplesmente, das Luzes. Exaltando pautas tais como o experiencialismo, o empirismo, a moral, a liberdade, a felicidade e o progresso, a cultura ilustrada propunha também o gozo de uma noção de humanidade universal em que o passado deixaria de ser “a encarnação de um ideal eterno ou um simples repertório de exemplos

²¹ Ver CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009 e KOSELLECK, Reinhart. *O futuro desconhecido e a arte do prognóstico. Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014.

²² CROSBY, Alfred. W. *A Mensuração da Realidade: a quantificação e a sociedade Ocidental*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

²³ O termo é de HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.18. Ver também ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ed Ática, 1963.

para se tornar uma sucessão de épocas históricas, cada uma com sua coerência e seus próprios valores”²⁴.

É necessário mencionar, entretanto, que parte do ideário que fomentou o arcabouço político-ideológico da França revolucionária não data do ano de 1789: desde o século XVI, com as teorias copernicanas sobre o movimento dos corpos celestes e o desenvolvimento de uma ideia de *revolução* pertencente ao âmbito da astronomia – e, sobretudo, a partir da expansão, apropriação e incorporação sucessiva dessas mesmas ideias às linguagens políticas daqueles contemporâneos –, as percepções em relação à capacidade de intervenção dos seres humanos no fluxo da História vinha sendo reformulada, o que passou a requalificar o desempenho dos sujeitos na tessitura de suas próprias narrativas e a desatrelá-los de convenções e obrigatoriedades inerentes à emulação do passado que prevalecera até então²⁵.

O reformismo ilustrado, tal como se manifestou nos contextos imperiais português e espanhol, foi norteado não por um conceito moderno de *revolução*, por ele majoritariamente rechaçado como aspiração política, mas pela circunstância de uma experiência cognoscitiva quanto à necessidade de que algo deveria ser feito em prol do regate das coroas ibéricas diante da realocação das mesmas em posições notadamente periféricas quanto aos emergentes padrões de

²⁴ É vasta a bibliografia sobre o tema. Para este artigo, foram considerados os seguintes trabalhos: VOVELLE, Michel. (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997; HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Lisboa: Ed. Presença, s/d; _____. *A crise da consciência europeia*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1948; CHAUNU, Pierre. *A Civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985 e VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. EDUSC: 2003. A citação entre aspas está em TODOROV, Tzvetan. *O Espírito das Luzes*. São Paulo: Editora Bacarolla, 2008, p.22.

²⁵ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. De la historia como un arte a la historia como una 'ciencia'. *Historias Conceptuales*. Ciudad de México: El Colegio de México/Centro de Estudios Históricos, 2017 e _____. *La cultura moderna de la Historia: una aproximación teórica e historiográfica*. Cidade do México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2010.

concorrência internacional e em relação a muitos dos valores de *esclarecimento* e *progresso* (conceitos típicos da época) que circulavam àquela altura²⁶.

Considerando tais acenos interpretativos, é possível sugerir que um estudo sobre o *tempo* propicie o estabelecimento de uma compreensão articulada dos reformismos ilustrados português e espanhol, tendo em vista que a natureza de ambas as políticas reformistas engendrava ideias sistematizadas acerca de suas épocas pósteras e pregressas, que se expressavam, sobretudo, no repertório lexical de seus atores políticos. Imersos num contexto específico de dinâmicas e mutabilidades no que se refere a vocábulos e conceitos relacionados ao *tempo*, os discursos de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis apresentam uma carga conceitual fortemente politizada, sendo possível notar que muitos dos elementos textuais estruturantes da epistemologia ilustrada remetem aos movimentos de criação, projeção e experiência cognoscitiva de uma inteligência ibérica que se mobilizava diante do diagnóstico de uma crise estrutural²⁷ e que, por isso, concebia o empreendimento das reformas como uma promissora reação de resgate dos impérios português e espanhol diante de seu outono iminente.

Para Reinhart Koselleck – o mais notório expoente da chamada História dos Conceitos ou *Begriffsgeschichte*²⁸ –, em considerações

²⁶ PAGDEN, Anthony. *La Ilustración y porque sigue siendo tan importante para nosotros*. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

²⁷ Ver BERBEL, Márcia Regina, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

²⁸ Para além da *Begriffsgeschichte*, desenvolvida inicialmente pelo historiador austríaco Otto Brunner, os estudos acerca das *linguagens políticas* e da chamada *semântica histórica* têm incorporado importantes contribuições de um vasto legado epistemológico oriundo de uma proposta de “historicização” da própria história a partir de sortidos prismas de abordagem tais como o da hermenêutica (Hans-Georg Gadamer), o do contextualismo linguístico (Quentin Skinner e John Pocock), o das variedades de consciência histórica (Hayden White), o da memória e o do esquecimento (Paul Ricoeur), o dos regimes de historicidade (François Hartog), o da

apresentadas inicialmente em sua tese de doutorado²⁹ e expandidas em obras posteriores do autor, as transformações que ocorreram sobretudo em âmbito europeu entre 1750 e 1850 – considerando, como já dito anteriormente, as insólitas tipificações *quantitativas* oriundas da Revolução Industrial e *qualitativas* provenientes da Revolução Francesa – foram tão importantes e significativas que teriam constituído aquilo a que o autor denominou *Sattelzeit*, isto é, um “tempo de sela”. De acordo com o autor, o *Sattelzeit* diria respeito à aceleração progressiva do tempo histórico como indicativo da transição para uma história “especificamente moderna”, dado que a “desnaturalização da experiência temporal que se conhecia até então”³⁰ teria promulgado um “adensamento da experiência histórica”³¹ e pautado transformações semânticas atreladas aos processos de temporalização, democratização, ideologização e politização que ocorreram contundentemente no vocabulário político moderno.

Mas o *Sattelzeit* não teria sido apenas um período de metamorfoses, como também uma época de *crise*: para Koselleck, a cadência

chamada “metaforologia” – relacionada à ideia de “inconceitualidade” (Hans Blumemberg), dentre tantos outros. Ver FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo. *Conceptos políticos, tiempo y modernidad. Actualidad de la historia conceptual*. In: _____. (Orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, 2013 e PALTÍ, Elías José. De la historia de ‘Ideas’ a la historia de los ‘lenguajes políticos’: las escuelas recientes de análisis conceptual – el panorama latinoamericano. *Anales Nueva Época*, nº 7-8, 2006, pp.63-81.

²⁹A tese de doutorado de Koselleck foi apresentada à Universidade de Heidelberg no ano de 1954, tendo sido publicada na Alemanha quatro anos depois. Para este artigo, consideramos a edição traduzida para o português por Luciana Villas-Boas Castelo-Branco, a saber: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 1999.

³⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014, p.142.

³¹ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Cabalgando el corcel del diablo: conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & CAPELLÁN DE MIGUEL, Guillermo. (Orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013, p.450.

propiciada pela *dupla revolução* revelava a necessidade de ressaltar a historicidade das palavras e a noção de que o significado delas deveria depender essencialmente da consciência histórica coletiva e das experiências cognoscitivas individuais de cada período. Para viabilizar sua proposta, apresentou uma distinção entre *categorias* e *conceitos*, na qual *categorias* são ferramentas de consumação de um acervo linguístico-intelectual responsável por, numa determinada sociedade, atribuir um conjunto de significados a certos vocábulos – que passam, então, a ser tidos como *conceitos* por adquirirem caráter polissêmico. De acordo com Koselleck, “o sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso; um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico”, pois que “embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”³².

Com base no panorama em que se inserem as reformas ilustradas portuguesa e espanhola e considerando a História dos Conceitos como proposta interpretativa, serão apresentadas a seguir algumas análises de excertos de escritos reformistas que tratam especificamente das colônias americanas entre c.1750 e c.1807. Objetivando contemplar os reformismos como fenômenos atravessados por dimensões globais coincidentes – na medida em que se considera sua articulação com espaços e interfaces mais amplas, durações mais longas e trânsitos de pessoas, saberes e mercadorias a níveis dilatados –, intenciona-se

³² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006, p.109. Ver também PALTÍ, Elías José. Reinhart Koselleck: his Concept of the Concept and Neo-Kantianism. *Contributions to the History of Concepts*, volume 6, edição 2, inverno de 2011.

assinalar que o estudo do *tempo* a partir de discursos de cunho político e econômico produzidos por funcionários das coroas ibéricas permite fornecer profícuos elementos de análise que viabilizam o estabelecimento da compreensão articulada das duas políticas imperiais que vem sendo reivindicada ao longo do presente artigo, em que se considera as linguagens políticas empreendidas por funcionários das coroas portuguesa e espanhola – esteve dotada de aspectos linguísticos congruentes e de diversas apreensões análogas sob o prisma discursivo do *tempo* – como um dos principais vetores de manifestação da experiência cognoscitiva da crise estrutural que caracterizou a *modernidade* ocidental enquanto tal, bem como do eflúvio da aceleração do tempo histórico que a tipificou.

DIÁLOGOS CONCEITUAIS SOB O PRISMA DO “TEMPO”

Dentre as noções, concepções, representações e conceitos de *tempo* expressos no discurso de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis da segunda metade do século XVIII aos primeiros anos do século XIX que foram levantadas até o presente momento, destacam-se: 1) termos tais como *reforma*, *atraso*, *adiantamento/adelantamiento*, *passado/pasado*, *futuro*, *experiência/experiencia* e *história*; 2) a menção a eventos, personagens e civilizações pretéritas – de fenícios, egípcios, gregos, romanos e incas até antigos monarcas portugueses e espanhóis, passando pelas figuras de Licurgo, Péricles, Cícero, Alexandre o Grande, Hernán Cortés, entre outros –; 3) projeções relacionadas à futuros prenes de *progresso/progreso*, *prosperidade/prosperidade* *esperança/esperanza* e *expectativa*.

As análises a serem apresentadas, ainda que preliminares, pretendem abrir caminhos para o estabelecimento de uma futura articulação dos contextos específicos de produção de alguns escritos de

reformistas ilustrados portugueses e espanhóis aos quais se refere, bem como de sua circulação a níveis imperiais e de eventuais singularidades de ordem autoral decorrentes de suas atuações políticas específicas.

No *Ensaio de descrição física e económica da comarca dos Ilhéus na América*³³, Manuel Ferreira da Câmara (Minas Gerais, 1762 – Bahia, 1835) propõe algumas observações para o empreendimento de melhorias à comarca nomeada no título de seu texto. Para tanto, recorre ao vocábulo *adiantamento* – termo bastante reivindicado por funcionários reformistas de ambos os impérios – para tratar dos projetos de melhorias e transformações pretendidos para a mencionada região, que teriam sido frustrados dada a má administração da comarca:

O ministro encarregado do adiantamento e cultura desta comarca pretendeu fazê-la comunicável com o sertão da Ressaca, abriu-se uma estrada, que apesar de ser tortuosa, tinha trinta léguas, por onde chegou a descer algum gado, mas a falta de habitantes, e a vegetação rápida, impediu estes bons começos; e a comarca se reduziu ao seu antigo estado de penúria³⁴.

No *Vocabulário Portuguez & Latino* elaborado pelo padre Rafael Bluteau³⁵, cujos tomos foram publicados entre 1712 e 1728, o verbete

³³ CÂMARA, Manuel Ferreira da. *Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815. Tomo I.* Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

³⁴ CÂMARA, Manuel Ferreira da. *Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815. Tomo I.* Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.235.

³⁵ Apesar de permitirem identificar evidências importantes, as cristalizações de sentido apresentadas tanto em Bluteau quanto em Moraes Silva, bem como nos dicionários de língua espanhola a serem evocados, pouco assentem concluir a respeito das transformações e ressignificações linguísticas que atravessaram os verbetes que as compõem; sendo necessário, então, um constante e imprescindível exercício de contextualização das palavras que encabeçam os verbetes em seus âmbitos próprios de aplicação e uso. É necessário justificar que, pelo caráter propositivo deste artigo, pouco será explorado no sentido de ponderar o caráter as informações que compõem os verbetes referidos aos vocábulos e conceitos a serem aqui analisados, mesmo que

adiantar – que expressa a definição do verbo que conduz à construção lexical do substantivo *adiantamento* – significa “fazer com que alguma coisa vá a diante; tenha progresso – nas letras, dignidades, fazendas; dar pressa em algum negócio; fazer progressos em alguma coisa”³⁶. Na revisão da obra de Bluteau, feita por Antonio de Moraes Silva e publicada em 1789, *adiantar* também diz respeito à promoção ou conclusão de um negócio, e o progresso passa a estender-se, para além das “letras, dignidades e fazendas” de Bluteau, às virtudes, honras e prosperidades³⁷.

No excerto de Ferreira da Câmara, o *adiantamento* está atrelado aos progressos abordados por Bluteau e Moraes Silva em seus verbetes na medida em que a realização do *adiantamento* na comarca de Ilhéus seria, para o ilustrado, a solução para evitar que a mesma retornasse ao seu “antigo estado de penúria”, o que havia ocorrido por conta do rápido crescimento da vegetação onde se havia aberto uma estrada e da ausência de pessoas que pudessem habitar aquele espaço. Dado o fracasso da intentona reformista por conta de intempéries naturais, teme-se que a comarca esteve fadada justamente ao antônimo da sorte vislumbrada pelo redator da memória, pois que ao padecer do “defeito de adiantar-se” – definição de Moraes Silva para o termo “atrasar”³⁸ –, Ilhéus retornou sumariamente ao seu “antigo estado de penúria”.

sua abordagem ocupe uma importante dimensão na pesquisa de que este texto é tributário, sendo esta uma pauta relevante para a referida investigação.

³⁶ BLUTEAU, Rafael. *Adiantar. Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico...* 1712 – 1728. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>].

³⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Adiantar. Dicionário da lingua portugueza - recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

³⁸ SILVA, Antonio de Moraes. *Atrasar. Dicionário da lingua portugueza - recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

O ilustrado hispano-peruano José Eusébio de Llano Zapata (Lima, 1721 – Cádiz, 1780) também incorporou a retórica do *adiantamento*, típica de ambos os reformismos ilustrados ibéricos, numa epístola enviada no ano de 1774 ao “ilustríssimo e reverendíssimo” senhor Don Francisco de los Ríos. Em tal carta, o autor empreendeu um elogioso discurso acerca de Don José Joaquín de Avalos Chauca, a quem recentemente havia sido concedido o título de Consultor Teólogo Canonista e Examinador Sinodal do Bispado panameño³⁹.

O título do escrito de Llano Zapata, que se refere a “la adelantada madurez” e aos “rápidos progresos literarios de un insigne teólogo y canonista de la Real Universidad de Lima”, contém marcas discursivas sobre o *tempo* que devem ser consideradas. De modo muito semelhante ao conteúdo dos verbetes de Bluteau e Moraes Silva, o *Diccionario de Autoridades* (1726 - 1739) define o substantivo “adelantamiento” como “el acto de adelantar a alguno en honores o dignidad”, enquanto o verbo “adelantar” está definido como “tomar o ganar la delantera, ahora sea por razón del lugar, del tiempo, de las personas, o de las cosas [...] y así se dice adelantar el império, el negocio, la fama, la reputación”⁴⁰. No *Diccionario de la lengua castellana* publicado pela Real Academia Española em 1791, por sua vez, ambos os verbetes apresentam ainda, dentre suas definições, a palavra “medra” que significa “el aumento, mejora, adelantamiento o progreso de alguna cosa”⁴¹.

³⁹ LLANO ZAPATA, José Eusébio de. *Copia de la carta que, con fecha de 29 de abril de 1774, escribe al Illmo. y Revmo. señor D. Fr. Francisco de los Rios, obispo de Panamá, D. Joseph Eusebio de Llano Zapata, sobre la adelantada madurez y rápidos progresos literarios de un insigne theólogo y canonista de la Real Universidad de Lima*. Disponível na Biblioteca Nacional del Perú [digital].

⁴⁰ Real Academia Española (1726 - 39). Adelantamiento. *Diccionario de Autoridades*. Disponível no acervo digital da RAE [<http://web.frl.es/DA.html>].

⁴¹ Real Academia Española (1791). Adelantamiento. *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su uso más fácil*

O verbete que consta no *Diccionario de Autoridades* apresenta, entretanto, um relevante alargamento lexical em relação aos mencionados presentes no *Vocabulário* de Bluteau e no *Dicionário* de Moraes Silva, uma vez que, no castelhano, o vocábulo “adelantar” também diz respeito à ideia de “preferir a alguno, o aventajarle en honores o premios”. Sendo então simultaneamente precoce e honorável, porque “adiantada” e porque dotada de “predileções” e “vantagens”, a *madurez* – definida pelo *Diccionario de Autoridades* como “el estado de perfección, sazón y bondad que tiene el fruto”⁴² – de Avalos Chauca é louvada pelo ilustrado hispano-peruano para cumprimentar o bispo hispano-panameño por ter concedido o título de Consultor Teólogo Canonista e Examinador Sinodal do Bispado a tal *insigne teólogo y canonista de la Real Universidad de Lima*, confirmando que esse feito irá corroborar positivamente com sua nação, com sua pátria, com seu estado e com sua escola.

Também é possível observar diversos indícios de temporalidade no entramado semântico empregado pelo estrangeirado ⁴³ italiano Domingos Vandelli (Pádua, 1735 – Lisboa, 1816) em sua *Memória sobre a Agricultura deste reino e das suas conquistas*⁴⁴, na qual o reformista reivindica a retórica da *decadência*, também bastante típica dos

uso. *Tercera Edición*. 1 tomo. Disponível no acervo da Hathi Trust Digital Library [goo.gl/mSz6hG]. Ver, também: Real Academia Española (1791). *Medra. Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su uso más fácil uso. Tercera Edición*. 1 tomo. Disponível no acervo da Hathi Trust Digital Library [goo.gl/mSz6hG].

⁴² Real Academia Española (1726 - 39). *Madurez. Diccionario de Autoridades*. Disponível no acervo digital da RAE [http://web.frl.es/DA.html].

⁴³ Sobre o termo, ver MARTINS, António Coimbra. “Estrangeirados”. In: SERRÃO, Joel. (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965, pp.123-5 e MACEDO, Jorge Borges de. *Estrangeirados: um conceito a rever. Revista Bracara Augusta*, vol. 28, 179-202, 1974.

⁴⁴VANDELLI, Domingos. *Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

reformismos ilustrados português e espanhol pela herança discursiva arbitrista a eles transmitida:

Eu, nesta memória, indicarei geralmente:

1. O estado da agricultura no reino, e suas conquistas.
2. As causas físicas e morais da sua decadência.
3. Os meios para fazer florescer a agricultura⁴⁵.

É importante considerar que o vocábulo *decadência* não possui um verbete próprio no *Vocabulário* de Bluteau, mas aparece dentre uma das definições do verbete *declinação*, como “princípio de ruína de estado, do império, da saúde, fortuna, bens”⁴⁶. Já em 1789, quando da publicação do *Dicionário* de Antonio de Moraes Silva, *decadência* é contemplada com um verbete próprio, cuja definição apresentada é a de “descaimento da força, vigor, poder, do império, do valimento, dos validos, da agricultura, das artes, das ciências, do comércio, *decadência* do pulso; do que vai enfraquecendo”⁴⁷. Segue sendo, também, um dos sinônimos de *declinação*.

Ao mencionar as “causas físicas e morais” da *decadência* do estado da agricultura no reino e em suas conquistas, o redator da *Memória* denuncia implicitamente o atraso, já rechaçado por Manuel Ferreira da Câmara, além de revelar o enfraquecimento e a perda de vigor no cultivo agrícola coordenado pelo império português. O vocábulo *florescer*, empregado logo a diante, é uma metáfora de cunho

⁴⁵ VANDELLI, Domingos. Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.127.

⁴⁶ BLUTEAU, Rafael. Declinação. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico... 1712 – 1728*. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>].

⁴⁷ SILVA, Antonio de Moraes. Decadência. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

agrarista e aparece em Antonio de Moraes Silva – mas não no *Vocabulário* de Rafael Bluteau – como “estar em vigor, atividade, força e poder”⁴⁸. Como exemplos de entidades passíveis de florescimento, Moraes Silva cita em seu verbete o comércio, as boas artes, a república, o reino, as cidades bem governadas, os bons engenhos e os homens doutos.

Depois, ao tratar da geografia do império, Domingos Vandelli expõe que “a porção que está cultivada em vinhas, oliveiras, bosques, grãos e legumes, não tem em geral o grau de perfeição ou de aumento na agricultura, que pode admitir, nem o que tinha no tempo do senhor rei D. Dinis”. Em tal assertiva, o ilustrado evoca o tempo do senhor rei D. Dinis objetivando enaltecer uma época pretérita em que, graças ao chamado “Rei Lavrador”⁴⁹, não teria havido em Portugal nem pessoas e nem terras ociosas: com isso, Vandelli reitera a concepção de que o passado seja detentor de magnos fatos e repositório de lições para o futuro, admitindo o presente como uma instância a ser adensada pelas transformações e *adiantamentos* inerentes ao grandioso projeto das reformas ilustradas. Para as personagens engajadas na política reformista, fossem portuguesas, espanholas, luso ou hispano-americanas, a História estaria a favor da prosperidade do projeto ilustrado, sendo concebida

⁴⁸ SILVA, Antonio de Moraes. *Florescer. Dicionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.

⁴⁹ “El-Rei aos lavradores chamava os *Membros da República*; como já lhes havia chamado a antiguidade companheiros da natureza. Concedeu-lhes como a tais graves isenções, e privilégios, fez roçar e abrir dilatadíssimas brenhas em muitas partes do reino, que não serviam mais, que para covas de feras, e mandou plantar árvores, semear frutos, utilizando o inútil em benefício dos povos. Ao desvelo da cultura se seguia a continuação da fertilidade que foi perene no seu tempo: pelo que se falta trigo em Portugal, não é porque faltem terras aos lavradores, senão lavradores para as terras, e a estes o favor dos reis. Mandou plantar o pinhal de Leiria”; apud: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.128.

como uma espécie de manual que forneceria diversos *exempla* àqueles que, com genuína disposição, se propusessem a aprender com o passado para transformar o presente⁵⁰.

O enaltecimento da educação e do processo de formação intelectual dos homens também esteve dentre os temas privilegiados pelos letrados reformistas em seus escritos. Ora, para que os reformistas pudessem reivindicar as contribuições da História para com os programas que intencionavam empreender em prol do “bem comum” de suas pátrias, fazia-se necessário conhecê-la, estudá-la e instruir-se o quanto fosse possível sobre ela. Para demonstrar uma das tantas aparições do tema da educação em escritos ilustrados – no que diz respeito especialmente às reflexões acerca da agricultura, tema tão caro a esses homens –, analisarei alguns trechos dos *Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio*, texto de 1796 escrito por Manuel Belgrano (Buenos Aires, 1770 – Buenos Aires, 1820), secretário do consulado real em Buenos Aires⁵¹.

Em seus *Medios generales*, Belgrano propõe meios para incentivar o *adelantamiento de la agricultura*, por ser ela “la madre fecunda que proporciona todas las materias que dan movimiento a las artes y al comercio⁵²”. Ao sugerir que a agricultura seja “el destino del hombre”,

⁵⁰ Ver ZERMENO PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750 – 1850. In: FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier (org.). Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.

⁵¹ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.

⁵² BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.305.

Belgrano reivindica seu lugar de força motriz das reformas ilustradas a partir de uma justificativa que evoca a importância das práticas agrícolas para o triunfo de diversas sociedades ao longo da história:

en el principio de todos los pueblos del mundo cada individuo cultivaba una porción de tierra, y aquellos han sido poderosos, sanos, ricos, sabios y felices, mientras se conservaron la noble simplicidad de costumbres que procede de una vida siempre ocupada [...]. La república romana jamás fue más feliz y más respetada, como en el tiempo de Cincinato; lo mismo ha sucedido a todos los demás pueblos, y así que en todos ha tenido la mayor estimación, como es sin contradicción el primer arte, el más útil, más extensivo y más esencial de todas las artes. Tenemos a los egipcios que honraban a Osiris como inventor de la agricultura; los griegos a Ceres y Triptolomeo, su hijo; los habitantes del Lacio a Saturno o Jano [...]. La agricultura fue casi el único empleo de los patriarcas más respetables de los hombres por la simplicidad de sus costumbres, la bondad de su alma y la elevación de sus pensamientos⁵³.

Nesse excerto, Manuel Belgrano relata a importância do pensamento agrarista na formação do homem moderno. Tal como fizera Domingos Vandelli ao evocar o “tempo do senhor rei D. Dinis”, Belgrano trata do êxito das práticas agrícolas empreendidas por civilizações antigas, utilizando-se dos *exempla* fornecidos pela república romana, pelos egípcios e pelos gregos para confirmar o potencial da agricultura como um dos principais temas nos quais os ilustrados deveriam pautar-se a fim garantir o sucesso da agenda reformista imperial. Para tanto, o secretário do consulado real em Buenos Aires não trata apenas da necessidade de sofisticar procedimentos, práticas e métodos agrícolas, mas também da importância de aprimorar os conhecimentos dos homens, tanto letrados quanto lavradores em relação ao tema:

⁵³ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.305.

Una de las causas a que atribuyo el poco producto de las tierras y, por consiguiente, el ningún adelantamiento del labrador, es porque no se mira la agricultura como un arte que tenga necesidad de estudio, de reflexiones, o de regla. Cada uno obra según su gusto y práctica, sin que ninguno piense en examinar seriamente lo que conviene, ni hacer experiencia y unir los preceptos a ellas [...]. ¿Y de qué modo manifestar estos misterios y corregir la ignorancia? Estableciendo una escuela de agricultura, dónde a los jóvenes labradores se les hiciese conocer a los principios generales de la vegetación y desenvoltura de las siembras, donde se les enseñase a distinguir cada especie de tierra por sus producciones naturales, y el cultivo conveniente a cada una, los diferentes arados que hay y las razones de preferencia de algunos según la naturaleza del terreno; los abonos y el tiempo y razón para aplicarlos; el modo de formar sangrías en los terrenos pantanosos [...]; el verdadero tiempo de sembrar [...]; el modo de hacer y recoger una cosecha [...]; y por último donde pudieran recibir lecciones prácticas de este arte tan excelente⁵⁴.

Assegurando-se "amante de que todas las ciencias se sepan por principios", Manuel Belgrano también sugere, além da criação de uma *escuela de agricultura*, a elaboração de uma *escuela de comercio*, pois que segundo o ilustrado, tal ciência não se reduz "a comprar por dez e vender por vinte". Segundo ele,

sea el primero una escuela titulada de comercio, donde los jóvenes vayan a instruirse en la aritmética, en el modo de llevar las cuentas y razón, y tener los libros; en el cálculo y regla de cambio; en las reglas de la navegación mercantil, de los seguros, etc.; en el modo de establecer la correspondencia mercantil, y mantenerla, en las leyes y costumbres usadas entre negociantes, etc., donde al menos se les enseñen los principios generales de la geografía y las producciones de que abundan o escasean los países, a fin de que con estos principios puedan hacer sus especulaciones con el mayor acierto posible y que si se dedican

⁵⁴ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.306 e 307.

al comercio les proporcionen ventajas y adelantamiento que los empeñen al trabajo⁵⁵.

O verbete “comercio” apresenta no *Diccionario de Autoridades* cinco resultados de definição que dizem respeito tanto aos tratos mercantis (“negociación, trato y tráfico de mercancías, géneros, o de dinero con mercantes o mercaderes”) quanto ao tratos de sociabilidade entre os homens (“comunicación, trato, conocimiento y amistad de unos con otros, y de unos pueblos con otros, para todo lo conducente a la sociedad y vida humana, sus menesteres y mantenimiento”)⁵⁶. A dilatada dimensão semântica do termo justifica, então, que Belgrano reivindique melhoramentos na formação comercial dos homens prezando pela múltipla instrução científica dos mesmos: ao reclamar para a *escuela de comercio* o estudo de temas como aritmética, cálculo, navegação e correspondência mercantil e ao exigir que aqueles que ali se formarem conheçam as leis e os costumes dos negociantes, além das leis gerais da geografia, o ilustrado atribui à formação sobre a ciência comercial a necessidade de que seja composta por temas tão vastos quanto os que constam no verbete.

Ao se referir ao aprimoramento do conhecimento geográfico, um dos objetivos a serem contemplados pela proposta da *escuela de comercio* de Manuel Belgrano, o ilustrado evoca um tópico bastante postulado pelos reformistas ilustrados portugueses e espanhóis ao afirmar que os saberes geográficos podem proporcionar vantagens e adiantamentos: de acordo com os preceitos gerais dos pensadores das reformas ilustradas, tanto no âmbito espanhol quanto no âmbito

⁵⁵ BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.316.

⁵⁶ Real Academia Española (1726 - 39). Comercio. *Diccionario de Autoridades*. Disponível no acervo digital da RAE [<http://web.frl.es/DA.html>].

português, era imprescindível “conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o que de si são capazes”, de acordo com o abade José Corrêa da Serra (Serpa, 1750 – Caldas da Rainha, 1823) no Discurso Preliminar das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*⁵⁷.

Para a grande maioria dos ilustrados, os conhecimentos geográficos eram concebidos como “el termómetro con que se miden la ilustración, el comercio, la agricultura y la prosperidad del pueblo”. O autor desta afirmação foi Francisco José de Caldas (Popayán, 1768 – Santafé de Bogotá, 1816), que em 1808 redigiu seu *Estado de la geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio*⁵⁸, no qual discorreu sobre a necessária relação entre conhecimentos geográficos e o logro de um desempenho comercial satisfatório.

Caldas inicia seu discurso afirmando que a geografia é “la base fundamental de toda especulación política”, sendo “tan antigua como nuestras necesidades”⁵⁹. O termo “especular”, oriundo dos saberes ópticos, é definido pelo *Diccionario de Autoridades* como “considerar despacio y con reflexión alguna cosa, meditándola y contemplándola para entenderla”⁶⁰: para tal ilustrado as boas reflexões – que deveriam ser efetuadas calma e vagarosamente, de modo *despacio*, ou seja,

⁵⁷ SERRA, José Corrêa da. Discurso Preliminar. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p.10.

⁵⁸ CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.

⁵⁹ CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979, p.320.

⁶⁰ Real Academia Española (1726 - 39). *Especular*. *Diccionario de Autoridades*. Disponível no acervo digital da RAE [<http://web.frl.es/DA.html>].

devagar – sobre a política não deveriam prescindir do estudo geográfico, uma vez que este permitiria conhecer:

[...] la extensión del país sobre el que se quiere obrar, enseña las relaciones que tiene con los demás pueblos de la tierra, la bondad de sus costas, los ríos navegables, las montañas que lo atraviesan, los valles que éstas forman, las distancias recíprocas de las poblaciones, los caminos establecidos, los que se pueden establecer, el clima, la temperatura, la elevación sobre el mar de todos los puntos, el genio y las costumbres de sus habitantes, las producciones espontáneas y las que pueden domiciliarse con el arte [...] ⁶¹.

Ao tratar da geografia da Cordilheira dos Andes, Francisco José de Caldas enaltece a paisagem andina através do que conserva em sua “imutabilidade”, reivindicando uma espécie de *honra andina imaculada* pelo fato de a Cordilheira não ter sido, até a altura em que escrevera o naturalista ilustrado, avariada pela colonização espanhola:

[...] En nuestros Andes todo es permanente. Nieves tan antiguas como el mundo siempre han cubierto la frente majestuosa de nuestras montañas; las selvas nunca han depuesto su follaje; las flores y los frutos jamás han faltado en nuestros campos, y los calores del estío siempre han abrasado nuestras costas y nuestros valles [...]. Aquí, un equinoccio eterno, una igualdad inalterable ha existido desde la creación ⁶².

Afirmando que “en nuestros Andes todo es *permanente*”, Caldas glorifica a integridade da natureza andina, que desde tempos imemoriais ⁶³ tivera seu estado preservado, sem ter sido prejudicada pelas

⁶¹ CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII. Caracas: Ayacucho, 1979, p.320.

⁶² CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII. Caracas: Ayacucho, 1979, p.323.

⁶³ O'PHELAN GODOY, Scarlett. Tiempo inmemorial, tiempo colonial: un estudio de caso (Estudios). *Procesos: Revista Ecuatoriana de historia*. n. 4 (1º Semestre, 1993), pp. 3-20.

distintas – e em alguns casos irrevogáveis – falhas presentes nos projetos até então empreendidos pelos colonizadores espanhóis.

Utilizando-se de termos que não precisam exatamente o pretérito a que se refere ao mencionar as “nieves tan antiguas como el mundo”, as “selvas que nunca han depuesto su follaje”, as flores e frutos que “jamás han faltado em nuestros campos” e os calores da estiagem que “siempre han abrasado nuestras costas y nuestros valles”, Francisco José de Caldas exime a região andina das graves chagas que acometem aos demais territórios do império espanhol no contexto de sugerida crise estrutural em que escreve: se os Andes permaneciam numa “igualdad inalterable [...] desde la creación”, significava que estavam alheios aos assombros de decadência e atraso que tanto atravessavam os escritos característicos do reformismo ilustrado em geral.

Isso justifica, então, que a região andina seja enaltecida por Caldas mesmo diante de uma conjuntura de suposta falência do Império espanhol: ao conservar as características que lhe foram atribuídas geograficamente desde a gênese divina de sua história, a Cordilheira dos Andes, “siempre soberbia, siempre majestuosa, coronada de trecho en trecho de nieves eternas”⁶⁴ conservar-se-ia, para Caldas, como reduto utópico de uma América todavía não lesada pela intervenção espanhola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma análise crítica a respeito da convencional dissociação quanto aos reformismos ilustrados português e espanhol, tratados por grande parte da historiografia como fenômenos apartados

⁶⁴ CALDAS, Francisco José de. Memoria sobre la importancia de connaturalizar en el Reino la vicuña del Perú y Chile. *Obras Completas de Francisco José de Caldas*: Publicadas por la UNAL como homenaje con motivo del sesquicentenario de su muerte. Bogotá: Imprenta Nacional, 1966, p.326.

e com raras conexões recíprocas e diretas, o objetivo deste artigo foi assinalar propostas para a compreensão de transformações comuns a ambas as políticas reformistas, tendo em vista que há aspectos pertinentes aos dois reformismos ilustrados que só podem ser compreendidos se tratados articuladamente. Considerando a existência de potenciais vestígios para a apreensão destas convergências e similitudes no vocabulário político de diversos reformistas ilustrados, apontou-se para a chamada História dos Conceitos como uma orientação interpretativa que suscita eficientes pressupostos teórico-metodológicos para o estudo de noções, concepções, representações e conceitos de *tempo* em escritos empreendidos por funcionários letrados à serviço de ambas as coroas – sobretudo no que se refere aos escritos sobre o Brasil e a América espanhola –, concebendo tal agenda investigativa como uma das tantas possibilidades de desvendamento dos reformismos ilustrados ibéricos como processos correlatos.

A partir de demonstrações empíricas pautadas em excertos de escritos típicos do reformismo ilustrado ibérico, foi possível constatar a existência de uma forte mobilização de vocábulos e conceitos de *tempo* por parte dos autores, que constituíram seus discursos a partir de uma dialética entre passado, presente e futuro – típica do mundo ocidental não apenas da segunda metade do século XVIII como de períodos anteriores –, reconfigurada quando da assimilação da contração do poderio ibérico diante do protagonismo ascendente de ingleses, franceses e holandeses, e essencialmente transformada a partir da ocorrência de eventos tais como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que teriam condicionado a incorporação de sintomas relacionados à aceleração do tempo histórico – mas não apenas – à linguagem desses funcionários.

Mesmo que a intentona reformista tenha ensejado contundentes medidas de resgate dos impérios ibéricos diante da crítica conjuntura percebida em meados da centúria, e mesmo que o linguajar político de reformistas ilustrados portugueses e espanhóis tenha incorporado dimensões substancialmente novas a partir da ocorrência da *dupla revolução* acima mencionada, que em muito contribuíram para a obduração das propostas empreendidas especialmente a partir da ascensão dos monarcas D. José I e Carlos III, o ano de 1807 representou o marco de irrevogabilidade definitiva dos impérios de acordo com os moldes pretendidos pelos funcionários reformistas, dado o vazio de soberania que se estabeleceu tanto na Espanha quanto em Portugal – por conta da captura de Fernando VII por forças napoleônicas e da transferência da corte portuguesa ao Brasil em 1808 –, que em grande parte instigou a gênese das lutas revolucionárias emancipacionistas da América espanhola a partir de 1810 e que, em diferentes instâncias, condicionou a proclamação da Independência do Brasil em 1822⁶⁵.

Apesar da frustração do projeto no que se refere ao resgate da pujança dos impérios ibéricos e à objeção de seus fenecimentos, as transformações e ressignificações semânticas empreendidas por reformistas ilustrados portugueses e espanhóis subsidiou, em grande parte, tanto as temporalidades quanto o próprio vocabulário emancipacionista americano, que se pautou na apropriação e na reformulação de muitas das noções, concepções, representações e conceitos que já constavam no linguajar reformista ilustrado, bem como na “ressemantização” de conceitos sociais e políticos transversais que se tornaram fundamentais

⁶⁵ Ver PAULINO, Mariana Ferraz & PIMENTA, João Paulo. Uma revolução interdita: esboço de uma genealogia da ideia de “não-independência” do Brasil. In: ALTEZ, Rogelio & CHUST, Manuel (eds.). *Las revoluciones en el largo siglo XIX latinoamericano*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2015.

para o sucesso revolucionário – dentre os quais é possível citar, apenas para fins de exemplificação, *Colônia, História, Liberalismo, Nação, Opinião Pública, Pátria* e, evidentemente, *Revolução*⁶⁶. Assim sendo, ainda que as políticas reformistas ilustradas empreendidas pelas coroas portuguesa e espanhola entre c.1750 e c.1807 não tenham de fato evitado o perecimento de seus impérios, os discursos por elas formulados foram responsáveis por mudanças essenciais que subsidiaram em grande parte o vocabulário das independências das América portuguesa e espanhola nas primeiras décadas do século XIX.

Mas concluir este artigo tratando justamente da Independência das Américas ibéricas não seria reiterar uma das pautas historiográficas anteriormente criticadas, que examinava o fato de que mesmo os trabalhos que se dispunham a tratar dos reformismos ilustrados português e espanhol como processos articulados o faziam apenas na medida em que tais aproximações viabilizassem a compreensão do processo emancipacionista? A diferença que aqui se estabelece diz respeito à uma inversão na lógica explicativa dos fenômenos, uma vez que não me refiro preliminarmente aos reformismos ilustrados para contextualizar a ocorrência das Independências, mas preliminarmente às Independências para desembocar num estudo que permita vislumbrar, dentre outras questões, que apesar do insucesso do objetivo magno das reformas implementadas pelas coroas ibéricas de meados do século XVIII aos primeiros anos do XIX, as transformações e ressignificações linguísticas por elas gestadas não evanesceram quando da dissolução dos impérios, mas foram apropriadas – e novamente transformadas e ressignificadas –

⁶⁶Alguns desses conceitos foram contemplados por uma vasta gama de historiadores, de acordo com as particularidades regionais de cada termo, em FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.

pelos protagonistas das lutas emancipacionistas, que mobilizaram muitos dos vocábulos e conceitos suscitados pela linguagem das reformas.

É mister, portanto, conceber os reformismos ilustrados português e espanhol como fenômenos absolutamente imanentes, não apenas na medida em que tal articulação explicativa permita contextualizar as independências ibero-americanas, mas porque a abordagem comum das medidas empreendidas por ambos os impérios constitui uma potencial chave interpretativa de reconfigurações estruturais condicionadas pelo advento da Modernidade ocidental, que atravessou os contextos sistêmicos português e espanhol de modo similar e simultâneo e, posto que ensejou indícios que instigassem seus funcionários letrados à suposição de uma bancarrota imperial, engendrou a implementação de reformas cujo vocabulário político foi portador de noções, concepções, representações e conceitos que não se exauriram quando do desaparecimento dos Impérios, mas que foram mobilizados até o final deste período umbral que se encerra em 1850, com a conclusão do primeiro surto de revoluções liberais e com a cristalização dos novos Estados americanos vertebrados dos escombros do sistema atlântico ibérico e do Antigo Regime monárquico⁶⁷.

BIBLIOGRAFIA

DICIONÁRIOS DA ÉPOCA (CONSULTA):

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos... 1712 – 1728.

⁶⁷ FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier. Introducción: hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: ____ (org.). Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009, p.30

Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>].

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario da lingua portuguesa - recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin [<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>].

Real Academia Española (1726 – 1739). Dicionario de Autoridades. 6 tomos. Disponível no acervo digital da RAE [<http://web.frl.es/DA.html>].

Real Academia Española (1791). Dicionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su uso más fácil uso. Tercera Edición. 1 tomo. Disponível no acervo da Hathi Trust Digital Library [goo.gl/mSz6hG].

FONTES:

BELGRANO, Manuel. Medios generales para fomentar la agricultura, animar la industria y proteger el comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.

CÂMARA, Manuel Ferreira da. Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca dos Ilhéus na América. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

CALDAS, Francisco José de. Estado de la Geografía del virreinato de Santa Fe de Bogotá, con relación a la economía y al comercio. In: CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.

_____. Memoria sobre la importancia de connaturalizar en el Reino la vicuña del Perú y Chile. *Obras Completas de Francisco José de Caldas*: Publicadas por la Universidad Nacional de Colombia como homenaje con motivo del sesquicentenario de su muerte. Bogotá: Imprenta Nacional, 1966.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Memória sobre o preço do Açúcar. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo III. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

LLANO ZAPATA, José Eusebio de. *Copia de la carta que con fecha de 29 de abril de 1774, escribe al Illmo. y Revmo. señor D. Fr. Francisco de los Rios, obispo de Panamá, D. Joseph Eusebio de Llano Zapata, sobre la adelantada madurez y rápidos progresos literarios de un insigne theólogo y canonista de la Real Universidad de Lima*. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional del Perú.

SERRA, José Corrêa da. Discurso Preliminar. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

VANDELLI, D. Memória sobre a agricultura desse reino e das suas conquistas. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa – 1789-1815*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

WARD, Bernardo. Proyecto económico en que se proponen varias providencias dirigidas a promover los intereses de España. In: GARCÍA DELGADO, José Luís; GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luís; MAINER, José Carlos & TUÑÓN DE LARA, Manuel. *Textos y Documentos de Historia Moderna y Contemporánea (siglos XVIII – XX)*. Barcelona: Editorial Labor, 1985, p.55.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- AGESTA, Luís Sanchez. *El pensamiento político del despotismo ilustrado*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1953.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil, with special reference to the Administration of Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968.
- ALGRANTI, Leila M. & MEGIANI, Ana Paula (orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*. São Paulo, Alameda, 2009.
- ANNINO, Antonio. *Silencios y Disputas en la Historia de Hispanoamérica*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia / Taurus, 2014.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- _____. Dirigismo Cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina (coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.
- _____. O filósofo solitário e a esfera pública das Luzes. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSWALD, Helena (org.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004, pp.197-210.
- ARAÚJO, Valdeí Lopes de. História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. *Almanack Braziliense*, nº07, 2008.
- ARENDETT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ed Ática, 1963.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Edunesp, 1996.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.
- BAYLY, C. A.; BECKERT, Sven; CONNELLY, Matthew; HOFMEYER, Isabel; KOZOL, Wendy & SEED, Patricia. On Transnational History. *The American Historical Review*, volume 111, edição 5, dezembro de 2006.
- BERBEL, Márcia Regina, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América Portuguesa. *Revista Urbana*, vol. I, n.1, 2006.
- _____. & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). *Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Ed Revista, Lisboa: Edições 70, 2001.
- BRANDING, David. La España de los Borbones y su imperio americano. In: BETHELL, Leslie (ed.), *Historia de América Latina*. tomo II. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 85-126.
- _____. *Orbe Indiano: de la Monarquía Católica a la República Criolla, 1492 – 1867*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. Lisboa: Teorema, s/d (tomo III: "O tempo do mundo").
- BURKHOLDER Mark A. e CHANDLER, Dewitt Samuel. *De la impotencia a la autoridad. La corona española y las Audiencias en América, 1687-1808*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como escrever a História do Novo Mundo. Histórias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico do século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CARDOSO, José Luís & CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, 2011, vol.17, nº31, pp.65-88.
- CARVALHO, Flávio Rey. *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Editora Annablume, 2008.
- CASTRO, Concepción de. *Campomanes: Estado y reformismo ilustrado*. Madri: Alianza Universidad, 1996.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CHAUNU, Pierre. *A Civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985.
- CHIARAMONTE, José Carlos (ed.). *Pensamiento de la Ilustración: economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- CROSBY, Alfred. W. *A Mensuração da Realidade: a quantificação e a sociedade Ocidental*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.
- DIAS, José Sebastião da Silva. Verney e o Iluminismo europeu. *Portugal e a Cultura Europeia: séculos XVI a XVIII*. Porto: Ed. Campo das Letras, 2006.
- _____. O Eclétismo em Portugal no Século XVIII: gênese e destino de uma atitude filosófica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano VI, 1972.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- DÍAZ, Laura Rodríguez. *Reforma e Ilustración en la España del siglo XVIII. Pedro Rodríguez de Campomanes*. Madrid, 1975.
- ELLIOTT, John. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010.
- _____. *España y su mundo (1500-1700)*. Madrid: Taurus, 2007.
- _____. *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. & RODRIGUES, Cláudia (Orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- _____. & JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2007.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Cabalgando el corcel del diablo: conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier, e CAPELLÁN DE MIGUEL, Guillermo. (Orgs.). *Conceptos políticos, tiempo e historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, 2013
- _____. Introducción: hacia una historia atlántica de los conceptos políticos. In: _____. (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.
- FRAGOSO, João Ribeiro, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRADERA, J. M. *Colonias para después de un Imperio*. Barcelona: Bellaterra, 2005.
- GADAMER, Hans-Georg. Teoria da História e Linguagem. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014.

- GARRIGA, Carlos. Os limites do reformismo borbônico: a propósito da administração da justiça na América espanhola. *Revista Almanack*. Guarulhos, nº6, pp. 38-60, 2013.
- _____. & SLEMIAN, Andréa. "Em trajes brasileiros": justiça e constituição na América ibérica (c. 1750-1850). *Revista de História*. São Paulo, n.169, p.181-221, 2013.
- GELMAN, Jorge.; LLOPIS, E.; MARICHAL, Carlos. (coord.). *Iberoamérica y España antes de las independencias (1700-1820): crecimiento, reformas y crisis*. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luís Mora/Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología/El Colegio de México, 2014.
- GOLDMAN, Noemí. (ed.). *Lenguaje y revolución. Conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*, Buenos Aires, Prometeo, 2008.
- GOLDMANN, Lucien. *La Ilustración y la Sociedad Actual*. Tradução de Julieta Fombona. Caracas: Monte Ávila, 1968.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- _____. & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.all.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglo XVIII-XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998;
- GUIMERÁ, Agustín (Org). *El reformismo borbónico*. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1996.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALPERÍN-DONGHI, Túlio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- HANSON, Carl A. *Economia e Sociedade no Portugal Barroco. 1668 – 1703*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.
- HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Lisboa: Ed. Presença, s/d.
- _____. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1948.
- HERR, Richard. *The Eighteenth-Century Revolution in Spain*. Nova Jersey: Princeton, 1958.
- HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789 – 1848*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ISRAEL, Jonathan. *Iluminismo Radical: a filosofia e a construção da modernidade, 1650-1750*. São Paulo: Ed. Madras, 2009.
- JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política Social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n.57, fevereiro de 2005.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. Ser erudito em colônias: as práticas de investigação histórica nas academias brasílicas, 1724-1759". In: ALGRANTI, Leila & MEGIANI, Ana Paula (Orgs.). *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*, São Paulo: Alameda, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 1999.
- _____. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2014.
- _____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC - Rio, 2006.
- _____. *Historia de Conceptos: Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

- LANGLEY, Lester. *The Americas in the Age of Revolution, 1750-1850. Connecticut*: Yale University Press, 1997.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LYNCH, John. *La España del siglo XVIII*. 2ª edição em espanhol. Barcelona: Editorial Crítica, 1999.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- MACEDO, Jorge Borges de. *Estrangeirados: um conceito a rever*. *Revista Bracara Augusta*, vol. 28, 179-202, 1974.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião José de Carvalho e Melo e a Economia do Brasil. In: _____. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2001.
- MARICHAL, Carlos. *La bancarrota del virreinato*. Nueva España y las finanzas del Imperio español, 1780-1810. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- MARTINS, António Coimbra. "Estrangeirados". In: SERRÃO, Joel. (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965.
- MARQUESE, Rafael. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.
- _____. Comparando impérios: a experiência do tempo e o lugar do Brasil no projeto escravista de Francisco de Arango y Parreño (1789-1832). In: ÁLVAREZ CUARTERO, I. & GONZÁLEZ-RIPOLL, M. D. (Orgs). *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009, pp. 67-84.
- _____. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. & PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*, n.17, abril de 2015.
- MARTINS, João Paulo. *Política e história sob o Reformismo Ilustrado pombalino*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2008 (Dissertação de Mestrado).
- MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and Conspiracies: Brasil & Portugal 1750 – 1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- _____. The Generation of the 1790's and the Idea of Luso-Brazilian Empire. In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Los Angeles: University of California Press, 1973, p. 107-144.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.
- _____. *O crepúsculo dos grandes (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
- _____; CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- MORELLI, Federica e GÓMEZ, Alejandro E. La 'nueva historia atlántica': un asunto de escalas. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, abril de 2006 [online].
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ORTEGA MARTÍNEZ, Francisco. Ni nación ni parte integral: "Colonia", de vocablo a concepto en el siglo XVIII iberoamericano. *Prismas*, nº 15, 2011.
- O'PHELAN GODOY, Scarlett. Tiempo inmemorial, tiempo colonial: un estudio de caso (Estudios). *Procesos: Revista Ecuatoriana de historia*. n. 4 (1º Semestre, 1993), pp. 3-20.
- PAGDEN, A. *La Ilustración y porque sigue siendo tan importante para nosotros*. Madrid: Alianza Editorial, 2015.
- _____. *The languages of political theory in the Early Modern Europe*. Cambridge University Press, 1987.

- PALTI, Elías José. De la historia de 'Ideas' a la historia de los 'lenguajes políticos': las escuelas recientes de análisis conceptual – el panorama latinoamericano. *Anales Nueva Época*, nº 7-8, 2006, pp.63-81.
- _____. *El Tiempo de la Política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.
- PALMER, Robert Roswell. *The Age of the Democratic Revolution*. New Jersey: Princeton University Press, 2014.
- PAQUETTE, Gabriel. *Enlightened Reform in Southern Europe and Its Atlantic Colonies, C. 1750-1830*. Londres: Routledge, 2009.
- PAULINO, Mariana Ferraz & PIMENTA, João Paulo. Uma revolução interdita: esboço de uma genealogia da ideia de "não-independência" do Brasil. In: ALTEZ, Rogelio & CHUST, Manuel (eds.). *Las revoluciones en el largo siglo XIX latinoamericano*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2015.
- PEDREIRA, Jorge. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- PIETSCHMANN, Horst. *Las reformas borbónicas y el sistema de intendencias en Nueva España*. Un estudio político administrativo. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2015.
- _____. "Notions and concepts of time in late eighteenth-century Brazil" (paper apresentado no 13º Internationaler Kongress zur Erforschung des 18. Jahrhunderts, Graz, 2011).
- _____. *Tempos e Espaços das Independências*. A inserção do Brasil no mundo ocidental (1780 – 1830). São Paulo: Intermeios, 2017.
- PORTILLO-VALDÉS, José María. *Crisis atlántica. Autonomía e independencia en la monarquía hispana*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006.
- RAMOS-GOROSTIZA, José L. El medio físico en el pensamiento agrario español: del arbitrista al regeneracionismo. *Revista de Historia Agraria*, n.49, dezembro de 2009, pp. 13-40.
- RICHTER, Melvin. *The History of Political and Social Concepts: a critical introduction*. Nova York: Oxford University Press, 1995.
- RODRIGUES, José Damião. Continuidades e Projectos Reformistas (1777-1807). In: _____.; COSTA, João Paulo Oliveira e; OLIVEIRA, Pedro Aires. *História da Expansão e do império português*. Lisboa : Bertrand, 2014.
- SARRAILH, Jean. *L'Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIIIe siècle*. Paris: Klincksieck, 1954.
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Ilustração, história e ecletismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n.4, março de 2010.
- _____. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- _____. O marques de Pombal e a formação do homem público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco José Calazans & RODRIGUES, Cláudia (orgs.). *A Época Pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 413-452.
- SLEMIAN, Andréa. A primeira das virtudes: justiça e reformismo ilustrado na América portuguesa face à espanhola. *Revista Complutense de Historia de América*, 2014, vol. 40, 69-92.
- TODOROV, Tzvetan. *O Espírito das Luzes*. São Paulo: Editora Bacarolla, 2008.
- VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. EDUSC: 2003.

VOVELLE, Michel. (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1977-1989.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750 – 1850. In: FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier (Org.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750 – 1850*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales / Fundación Carolina / Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2009.

_____. De la historia como un arte a la historia como una 'ciencia'. *Historias Conceptuales*. Ciudad de México: El Colegio de México/Centro de Estudios Históricos, 2017.

_____. La cultura moderna de la Historia: una aproximación teórica e historiográfica. Cidade do México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2010.